

À COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS (CIGSS/GAB/SESGO)

Ref.: Impugnação ao Edital Retificado do Chamamento Público nº 03/2023-SES/GO – (Processo Administrativo nº 02300010023378): *“seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Caio Louzada (HEAPA), localizado na Avenida Diamantes, esquina com Mucuri, quadra 2-A, S/N Setor Conde dos Arcos, Aparecida de Goiânia - Goiás, CEP: 74.969-105, no Estado de Goiás, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Plano de Trabalho e seus anexos”*

ANA CAROLINA DA CUNHA LIMA, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº. 200.860, e CPF n. 057.064397-02, residente e domiciliada na Avenida Das Américas, nº 8585, sala 481, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22793-081 e endereço eletrônico: ana@carolinalimaadv.com.br, vem à presença de V. Sa. apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital sob referência, com fulcro no seu Item “11.1”, consoante razões de fato e direito a seguir expostas.

1. Conforme se vê no Edital ora impugnado, a SES/Go pretende, na modalidade de chamamento público, com esboço na Lei Federal nº 13.019/2014, obter propostas e selecionar uma entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil para promover a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no **Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Caio Louzada (HEAPA)**.

2. A Requerente apresentou impugnação ao instrumento convocatório, tempestivamente, em 20/07/2023, com o intuito de apontar incoerências, incorreções e vícios contidos no instrumento convocatório. Tendo recebido não apenas esta mas diversas outras impugnações e pedidos de esclarecimentos, o que por si só já demonstra a falta de clareza e o grande volume de incongruências observadas no edital, a Comissão de Licitação viu-se obrigada a adiar a abertura do certame.

3. Efetivamente, apenas em 21/08/2023, passado mais de um mês da apresentação das impugnações e esclarecimentos, a Comissão apresentou suas respostas. Embora alguns pontos obscuros tenham efetivamente sido sanados, restaram ainda algumas questões fundamentais não solucionadas e que, definitivamente, impedem a continuidade do certame da forma como está, por constituírem um entrave intransponível à justa competição.

4. A principal dessas questões diz respeito à modalidade (ou o “mix de modalidades”) utilizada para o chamamento público, e no equívoco de se embasar o chamamento público na Lei Federal nº 13.019/2014¹, concernente às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

5. Efetivamente esse equívoco foi apontado em diversos pedidos de esclarecimentos e impugnações, o que evidencia sua clara impropriedade, não restando assim, outra alternativa, que não insistir em impugná-lo. Isso porque é absolutamente impossível que o chamamento público prossiga desta maneira.

6. Resta, portanto, insistir na impugnação deste tema.

¹ Que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

7. Mesmo porque, especificamente com relação à impugnação anterior, a resposta da Comissão de Licitação é ininteligível:

“Tal ponto já foi exaustivamente enfrentado pela Procuradoria-Geral do Estado de Goiás e não há nenhum óbice ao prosseguimento do feito, haja vista que não há que se falar em atuação complementar ao SUS no objeto deste instrumento convocatório. No sistema de participação complementar, organizações privadas oferecem serviços à população em suas próprias instalações privadas. No presente caso é transferida apenas o gerenciamento do serviço de saúde público próprio, eliminando assim a possibilidade da relação pretendida se enquadrar como uma participação complementar, uma vez que tais unidades são da própria SES.”

8. Em sua resposta à impugnação do Instituto de Gestão e Humanização sobre o mesmo tema, a Comissão de Licitação fundamenta a escolha do “modelo misto” em um parecer da Procuradoria-Geral do Estado, que opina que “não há a necessidade de adoção de um modelo único e estanque” para as parcerias possíveis a serem celebradas pela Administração Pública. Observe-se que o inteiro teor de tal parecer não foi publicado junto às respostas, impossibilitando sua detalhada análise e entendimento, porém fato é que o trecho citado é bastante enigmático e não permite a compreensão se realmente a interpretação é que, em mesmo chamamento poderia ser aberto à participação de todos os tipos de entidade, nem como seria então feita a equiparação entre elas para fins de julgamento.

9. Independentemente disso, é importante pontuar que nenhum parecer de qualquer Procuradoria tem o poder de alterar a legislação vigente ou regular sua aplicação.

10. A despeito disso, conforme anteriormente pontuado, fato é que a fundamentação legal do Edital não se aplica (e nem se pode aplicar) ao seu objeto. Insiste-se:

i. A Lei Federal nº 13.019/2014, de 31 de Julho de 2014, **possui natureza jurídica diametralmente oposta** à legislação de Qualificação das Organizações Sociais no Estado de Goiás (Leis Estaduais nsº 15.503/2002² e 21.740/2022³).

ii. Os referidos ordamentos jurídicos (legislação de OSC's e de OSS) são conflitantes: o viés conceitual de uma entidade sem fins lucrativos qualificada como organização social é muito mais amplo e com maiores responsabilidades do que uma instituição que não detem tal título. As parcerias com OSC's, mediante termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, são muito menos complexos e seguros do que os contratos de gestão firmados com organizações sociais – por exemplo, em termos de controle e fiscalização, prestação de contas, transparência, etc.

iii. O Estado de Goiás sequer possui legislação própria acerca do regime de contratação por organizações da sociedade civil, utilizando-se da legislação federal para (equivocadamente) subsidiar sua (temerária) escolha, eis que, a exemplo do que aconteceu legislação estadual das organizações sociais, deveria-se, no mínimo, adequar a lei federal para o âmbito estadual, considerando suas necessidades e particularidades.

iv. A legislação do SUS, só autoriza que OSS ou contratos de PPP (lei 11.079) façam gestão plena de hospitais públicos. Nesse caso, o instrumento de chamamento aplica-se à modalidade de OSS, conforme ADIN STF, e o contrato de concessão para os projetos de PPP.

²Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências.

³Disciplina o regime jurídico das organizações sociais da saúde – OSSs no Estado de Goiás.

11. Além disso, o modelo adotado acaba por se tornar uma afronta ao Princípio da Isonomia, uma vez que as diversas entidades participantes estão em situação de profunda desigualdade e não podem sequer ser comparadas para fins de habilitação. A legislação estadual de organizações sociais possui critérios robustos e rigorosos para qualificação das entidades privadas sem fins lucrativos como organizações sociais, enquanto que a Lei Federal das OSC's (utilizada no chamamento público em apreço) sequer prevê a qualificação da entidade como um requisito prévio para participação no certame – o que, de plano, já denota um equívoco nos termos utilizados não só no objeto licitado, como também em diversos locais do Edital.

12. Nesse aspecto, crucial destacar que o Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Caio Louzada (HEAPA)⁴ **é uma unidade de Urgência e Emergência em Média e Alta Complexidade**, que atende aproximadamente **45 (quarenta e cinco) municípios** que estão no entorno de Aparecida de Goiânia e que possui abrangência regional com atendimento de porta aberta e regulado pelos Complexos Reguladores Municipal/Estadual. O HEAPA é **referência estadual em atendimento de casos de média e alta complexidade**, nas áreas da saúde da mulher (obstetrícia e ginecologia) e do recém-nascido (neonatologia), sendo que referida unidade hospitalar oferece atendimento de urgência, emergência e ambulatorial aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) tanto da Capital Goiânia, quanto do interior do Estado de Goiás, seja por demanda espontânea ou por encaminhamento pelo Sistema de Referência/Contra-Referência.

13. Referida unidade de saúde contempla especialidades médicas de Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Bucomaxilo, Clínica Médica, Ortopedia e Traumatologia, Terapia Intensiva, Anestesiologia, Nefrologia, Angiologia e Cardiologia, bem como dispõe de Laboratório de Análises Clínicas, Eletrocardiografia, além de serviços de imagem como Raio-X, Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada e Endoscopia.

⁴<https://www.saude.go.gov.br/estrutura/hospitais-e-policlinicas/heapa>

14. O HEAPA possui Programas de Internato, Estágio e Voluntariado.

15. Demais disso, **o HEAPA possui atualmente 102 (cento e dois) leitos**, divididos em Enfermaria Cirúrgica, Enfermaria Clínica, Observação, UTI Adulto, Salas Cirúrgicas, Leito Dia e Recuperação Pós-Cirúrgica (RPA).

16. Em outras palavras, abrir a possibilidade de delegar a gestão de uma unidade de saúde desse porte e importância a uma entidade sem fins lucrativos – ou mesmo, pior, a uma sociedade cooperativa ou organização religiosa - que sequer passou por uma criteriosa e rigorosa avaliação/validação prévia **é um risco muito grande que a Administração Pública assume não só pra si, como também, principalmente, às milhares de pessoas que são atendidas diariamente no HEAPA.**

17. Por tal razão, importante ressaltar que não justifica abrir mão de um modelo de gestão eficiente e sucesso já consolidados (organizações sociais) por um outro que pouco se conhece e que, apesar de mais de 7 (sete) anos em vigor, é muito pouco utilizado entes públicos (OSC's - Lei Federal nº 13.019/2014).

18. Pelo exposto e também pelo que será verificado ao longo da presente impugnação, resta evidente que o modelo de gestão insculpido na Lei Federal nº 13.019/2014, de fato, não é a via adequada para o objeto que se pretende contratar neste processo licitatório, sendo certo que a modelo correto que se emoldura ao mesmo é o chamamento público por organizações sociais da saúde, conforme e nos termos da Lei Estadual nº 21.740/2022 (específica para as OSSs no Estado de Goiás).

19. Portanto, sob pena de violação frontal ao Princípio da Legalidade (art. 37 da CF/88) – que, em suma, prevê que todas as licitações

devem estar em conformidade com a legislação adequada - deve a presente impugnação ser provida para fins de readequar a modalidade de chamamento público prevista no Edital (das “organizações da sociedade civil” da Lei Federal nº 13.019/2014, para as “organizações sociais da saúde” da Lei Estadual nº 21.740/2022) com a consequente republicação do instrumento convocatório, sob pena de anulação do certame.

“REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA. LICITAÇÃO TIPO TÉCNICA E PREÇO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO (CALL CENTER). NÃO CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO COMO SERVIÇOS DE NATUREZA PREDOMINANTE INTELLECTUAL. BENS E SERVIÇOS COMUNS. **ESCOLHA INADEQUADA DA MODALIDADE E DO TIPO DA LICITAÇÃO.** OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO. UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS RESTRITIVOS RELATIVOS À PONTUAÇÃO TÉCNICA. CONHECIMENTO. DESNECESSIDADE DE APRECIAÇÃO DE CAUTELAR REQUERIDA. EXAME IMEDIATO DO MÉRITO. PROCEDÊNCIA. **NECESSIDADE DE ANULAÇÃO DO CERTAME.** DETERMINAÇÕES. ESCLARECIMENTO. COMUNICAÇÃO. RESTITUIÇÃO À UNIDADE TÉCNICA.

- A teor do art. 46 da Lei n.º 8.666/1993, a licitação tipo técnica e preço deve ser utilizada exclusivamente para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual, em que a arte e a racionalidade humana sejam imprescindíveis à satisfatória execução do serviço.

- Os serviços de call center, porquanto caracterizados como serviços comuns, ex vi do disposto na Lei n.º 10.520/2002, devem ser licitados por meio da modalidade pregão, preferencialmente eletrônico, salvo se devidamente justificado de forma contrária”. (TCU - Acórdão n.º 767/2010-Plenário, TC-002.319/2010-1, Relator: Min. José Jorge, Data de Julgamento: 14/04/2010 – g.n)

20. Adicionalmente, conforme exposto anteriormente, embora a Comissão tenha, acertadamente, reformado alguns pontos obscuros ou equivocados do instrumento convocatório, outros ainda merecem atenção e correção:

Item 4 do Edital (Condições de Participação) - Item 4.1, “Poderão participar do presente Chamamento Público as entidades que atenderem às exigências constantes deste Edital, que funcionem sem realizar subdelegação para execução de quaisquer de suas atividades-fim”. Não está claro, porém, de que se trata o termo “subdelegação” e quais seriam as ditas “atividades fim”. É vedada a subcontratação amplamente autorizada pela lei 13.429/17? É vedada a subcontratação ou pejetização de contratação médica autorizada pela decisão do STF? Em qualquer caso, o edital estaria em clara afronta a dispositivos legais ou decisões judiciais já plenamente consolidadas e válidas.

21. Ao prestar o esclarecimento sobre este item, a Comissão informou que a vedação se refere exclusivamente a gestão da unidade. Imagina-se, assim, que está sendo exposto que a Diretoria Administrativa e a Diretoria Técnica não poderiam ser através de pessoa jurídica (ou seja, o médico diretor técnico não poderia exercer a atividade de direção se contratado como pessoa jurídica). E quais mais cargos não poderia a vencedora do certamente contratar através de pessoa jurídica?

22. A exigência do Edital, assim como a resposta da Comissão, não esclarecem tal fato, o que no mínimo causa insegurança jurídica aos participantes do certame e prejudica a apresentação de proposta financeira.

Item 4 do Edital (Condições de Participação) – Item 4.1.4, determina que poderão participar do Chamamento

entidade que possuam “instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas”:

O edital não é claro se as mencionadas instalações são da sede da participante, ou se é necessário possuir “instalações” próprias, semelhantes ao do hospital objeto da gestão”. Em qualquer caso, não há qualquer relevância em tal exigência uma vez que a gestão ocorrerá dentro de unidade de saúde do Estado. Isso consistiria em tratamento diferenciado entre os concorrentes, uma vez que é irrelevante a situação da sede, e exigindo-se, ainda, que a vencedora do certame monte uma filial no município. Além disso, o mesmo item exige “experiência prévia na realização, **com efetividade**, do objeto da parceria ou de natureza semelhante”, o que consistem numa exigência extremamente subjetiva. Qual seria no caso a métrica utilizada para se definir a “efetividade” do concorrente em contratações anteriores?

23. A comissão afirma que a palavra “semelhante” contida no Edital não significa semelhante, mas sim “necessidade de possuir experiência prévia” ou “de natureza semelhante.

24. Parece evidente que o contido no Edital e a afirmação da Comissão sobre o que se refere a palavra “semelhante”, são coisas muito diferentes. Se o Edital quer dizer “experiência prévia” ou “de natureza semelhante”, deve assim consignar expressamente, e não usar expressão de significado totalmente diferente que se presta apenas para tumultuar e causar ainda mais dúvidas e insegurança ao participante.

Item 4 do Edital (Condições de Participação) – Item 4.2.4: veda a participação caso o interessado tenha tido contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos. O item 4.2.4.1 excetua caso “for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados”. Porém, não consta qual o prazo para sanar a irregularidade nem a partir de que momento é contado esse prazo. A mesma obscuridade se aplica ao item **4.2.4.2 do Edital** quanto ao prazo para aguardar reconsideração ou revisão da decisão, bem como quanto ao início da contagem desse prazo.

25. Quanto a este ponto a resposta da SES foi: “O que demonstrará estar sanada a situação é a entrega do documento/declaração que comprove tal fato. Assim o prazo para demonstrar é o dia da entrega dos envelopes.”

26. Porém, qual o sentido deste item se no dia da entrega dos envelopes a irregularidade deverá estar sanada e, por óbvio, não constará de qualquer sistema de consulta a rejeição de contas?

27. De clareza solar a necessidade de correção do Edital para a exclusão deste item.

Item 8 do Edital (Proposta) - Item 8.8: “Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do Chamamento Público” c/c Item 12 do Edital (Homologação e Celebração do Termo de Colaboração) – Item 12.11: “Será obrigatoriamente justificada pelo titular da pasta, a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do

Chamamento Público”: Da leitura de ambos os itens em conjunto com outras disposições contidas no Edital, não se vislumbra a abrangência e a forma pela qual os Itens “8.8” e “12.11” serão aplicados, bem como não é informado o critério que o titular da pasta irá utilizar para tal aplicação, razão pela qual é patente que o instrumento editalício deve ser retificado quanto à isso.

28. Não podemos concordar com a resposta dada pela d. Comissão. Apesar da previsão legal, em especial porque não se trata de modalidade melhor preço, é evidente que o instrumento convocatório deve conter os elementos objetivos que servirão como critério de seleção da melhor proposta, em respeito ao Princípio da Isonomia e do Julgamento Objetivo. Assim, insiste-se que é imperioso que se estabeleça de antemão quais serão os requisitos que justificarão e embasarão a escolha de uma proposta que não se enquadra no valor de referência. Ou melhor: qual critério poderá a Comissão adotar para declarar vencedora determinada concorrente se a mesma tiver pontuação (critério objetivo) menor que outra concorrente? Escolher o pior projeto (já que auferiu menos pontos)?

Item 9 do Edital (Habilitação)

- Subitem 9.1.11.7: ***“Declaração do representante legal de que a entidade não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 4 do presente Edital - Anexo II do Edital”;***
- Subitem 9.1.11.8: ***“Declaração de Renúncia ao sigilo bancário em benefício do Parceiro Público, para finalidade específica de acompanhamento, controle e fiscalização das respectivas movimentações financeiras, não constituindo violação ao dever de sigilo tal consentimento, em observância ao que dispõe o art. 1º, § 3º, V da Lei Complementar nº 105/2001”;*** e

- Subitem 9.1.11.9: “*Declaração de Renúncia ao sigilo fiscal em benefício do Parceiro Público, para finalidade específica de acompanhamento, controle e fiscalização das respectivas movimentações financeiras*”.

Dentro dos modelos disponibilizados no Anexo II do Edital não constam os modelos das declarações previstas no subitem acima transcritos, restando necessário a disponibilização dos mesmos para que as pretensas proponentes possam apresentá-los junto à sua documentação de habilitação.

Outrossim, com relação aos Subitens “9.1.11.8” e “9.1.11.9”, não é informado se a renúncia neles tratadas está estritamente vinculada ao Termo de Colaboração que será firmado ou se as renúncias abrangem qualquer informação ou conta bancária da proponente.

29. Tendo em vista outros esclarecimentos prestados pela Comissão, a Declaração de Renúncia do sigilo fiscal, deve ser exclusivamente em relação a contas e documentos relacionados ao Instrumento contratual a ser celebrado. Logo, deve tal esclarecimento estar expressamente previsto no Edital, de forma a que se dê mínima segurança ao participante.

Item 12 do Edital (Homologação e Celebração do Termo de Colaboração): Dispõe o Item “12.1” do Edital que: “*Uma vez homologado o resultado do Chamamento Público pelo Secretário de Estado da Saúde, a entidade será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o Termo de Colaboração*”. A, seu turno, o Item “12.2” do Edital prescreve que: “*A entidade vencedora que deixar de comparecer para assinatura do Termo de Colaboração, no prazo*”

máximode 5 (cinco) dias corridos a contar de sua convocação, ou que perder a qualidade de habilitação antes da assinatura do Termo de Colaboração, perderá o direito à parceria em conformidade com a Lei, sem prejuízo das sanções previstas na legislação que rege este processo de seleção”.

Com efeito, vislumbrada a patente contradição existente entre os itens retromencionados (onde não há como saber, ao certo, se o prazo máximo para assinatura do termo de colaboração, após a convocação da proponente vencedora, é de 5 dias úteis ou de 5 dias corridos), torna-se devida a retificação correspondente junto ao Edital.

30. Em sua resposta a Comissão esclarece que o prazo é de 5 (cinco) dias úteis, isto é, confessa a necessidade de retificação do Edital, para que se corrija o erro. Logo, necessária a rtificação e republicação do Edital.

Item 13 do Edital (Da Forma de Pagamento): O item 13.3 estabelece que 3% do montante do repasse referente à folha de pagamento de pessoal CLT será depositado pela SES em uma conta exclusiva para movimentação de recursos destinados ao fundo de provisão. Porém, uma vez que a folha é variável mês a mês, não está claro qual será a base de cálculo para aplicação desses 3%. Como a SES arbitrará o percentual de 3% antes da obrigação de pagamento da folha pela entidade?

31. A Comissão informa que “inicialmente os recursos deverão ser repassados na integralidade e, a partir do segundo desembolso, a SES realizará os ajustes de acordo com os dados fornecidos pela Parceira Privada”.

32. Permanece o evidente problema: a folha varia todo mês, seja em razão de horas-extras, contratações, demissões, férias. Logo, impossível a realização da retenção prévia de 3% do valor da folha para que seja depositada em outra conta (específica).

Item 13 do Edital (Da Forma de Pagamento): O item 13.4 estabelece que essa conta exclusiva de provisão somente poderá ser movimentada com dupla autorização da SES e do parceiro privado. Não está claro porém se para toda e qualquer demissão existe a necessidade de pagamento de verbas rescisórias em até 10 dias do desligamento sob pena de multa de um salário. Como será esse fluxo? Caso a SEs não se manifeste no prazo e a entidade seja penalizada a SES assumirá o custo? Qual procedimento para um pedido de desligamento? Qual prazo da SES para autorização a liberação do pagamento junto ao banco?

33. A Comissão entende que basta ao Edital prever generalidades para que depois então o órgão determine como de fato funcionará a exigência editalícia.

34. Não há como prosperar tal afirmação. O Edital é o instrumento vinculante e dele devem constar todas as exigências e forma que o contrato a ser celebrado deverá funcionar. Tal qual o Edital faz ao entrar em mínimos detalhe sobre metas, eficiência e qualidade. Deve também prever detalhadamente como funcionará esse mecanismo de prévia autorização para determinada despesa.

Item 13 do Edital (Da Forma de Pagamento): .O item 13.9 veda a movimentação de recursos para matriz da entidade. Porém é certo que há despesas administrativas que são

geridas pela matriz e tal determinação, além de não conter qualquer motivação ou justificativa, pode prejudicar a operação.

35. A Comissão limita-se a responder que “O Item 13.9 estabelece que é proibida a movimentação de recursos do termo de colaboração, entre unidades hospitalares distintas e/ou para a Matriz da entidade, mas a título de “EMPRÉSTIMO”. Todavia, os subitens 3.1.79 e 8.11 da Minuta do Termo de Colaboração, Anexa ao Edital, já preveem exceção a essa proibição, quando se tratarem de despesas administrativas no caso de RATEIO.”

36. Qual legislação estadual autoriza o “rateio”, ou despesas comuns a serem partilhadas entre diversas unidades de saúde geridas pela mesma instituição? Qual legislação esclarece o que se pode e o que não se pode atribuir como passível de rateio?

37. Tendo em vista a inexistência de tal legislação, não há como se falar em “rateio”, devendo o edital ser retificado.

Anexo III do Edital (Minuta do Termo de Colaboração):

Considerando que na legislação federal das OSC's, no qual o certame está exclusivamente embasado, não existe a previsão de cessão de servidores públicos para execução do termo de colaboração e, muito menos, de regulamento para contratação de obras, serviços e compras, bem como de admissão de pessoal (registre-se, por oportuno, temas previstos na lei federal e na legislação estadual de Goiás referente aos contratos de gestão por organizações sociais⁵), **resta obrigatório que conste expressamente no instrumento editalício qual é o embasamento legal utilizado para que disposições de ambos os temas**

⁵O que talvez seja a maior prova de que o chamamento público ora em apreço deve ser realizado dentro do modelo e da legislação estadual das organizações sociais.

estejam dispostas na minuta do termo de colaboração e em seus anexos – e, também, em alguns outros pontos do Edital (vide, por exemplo, o Quadro de Servidores Cedidos constante às fls. 42/43).

38. Neste ponto a Comissão, laconicamente, limitou-se a responder “Cessão de servidores”.

39. Qual o embasamento legal para a cessão, já que a LEI que rege o Edital não prevê a cessão de servidores nem autoriza?

40. Não respondeu sobre os demais temas, deixando claro que o Edital e a legislação por ele mencionada não justificam o teor da minuta do contrato. Não há amparo legal.

Anexo III do Edital (Minuta do Termo de Colaboração):

Verifica-se ao longo da minuta do termo de colaboração algumas disposições que remetem à existência e realização de pagamentos, via despesa administrativa, para execução da parceria (vide cláusulas “3.1.79”, “8.11” e “14.1.v”). Contudo, não há qualquer previsão das mesmas no instrumento editalício. Com efeito, torna-se necessário retificar o Edital para formalizar a possibilidade de ser realizados pagamentos a título de despesas administrativas, bem como para dispor acerca dos critérios e limites de utilização, além de informar se existe algum conflito com o Item “13.9” do Edital, qual seja: - *“É proibida a movimentação de recursos do termo de colaboração, entre unidades hospitalares distintas e/ou para a Matriz da entidade, a título de “empréstimos” ou, ainda sob qualquer outra motivação”*.

41. Permanece a ilegalidade. Nenhum esclarecimento foi prestado, se limitando a afirmar que não há necessidade de retificar o Edital.

Item 14.2 do Edital (Das Sanções Administrativas): .

O item 14.2 dispõe que ficam sujeitos às sanções administrativas “as entidades participantes deste Chamamento Público e seus representantes legais”.

42. Não ficou claro, porém, qual seria a definição de “representante legal”. Não se poderia, por exemplo, em termos amplos, incluir-se um procurador da entidade. Observe-se que, em suas atividades uma entidade conta com diversos procuradores, para diversas atividades, que nem sempre representam cargos de autoridade. Um despachante, por exemplo, é um procurador. Não faz sentido, portanto, que um procurador esteja sujeito a sanções administrativas decorrentes de atos praticados pela entidade.

43. Destarte, deve a presente impugnação também ser provida para fins de de retificar as (importantes) questões suscitadas nas alíneas acima com a consequente republicação do instrumento convocatório, sob pena de anulação do certame.

Por todo o exposto, com vistas a evitar futura nulidade do Edital face às máculas aqui apontadas e, consequentemente, contribuir positivamente com a celeridade da contratação almejada pela SES/GO (e com o alcance que a mesma trará em benefício da população que será atendida na unidade de saúde objeto deste certame), **requer seja a presente impugnação recebida e provida para os fins elencados em seus itens:**

- “21”: readequação da modalidade de chamamento público prevista no Edital – ou seja, das “organizações da sociedade civil” da Lei Federal nº 13.019/2014, para as “organizações sociais da saúde” da Lei Estadual nº 21.740/2022; e

- **“24”**: retificação das demais questões levantadas,

COM A CONSEQUENTE REPUBLICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Termos em que, Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2023.

ANA CAROLINA DA CUNHA LIMA
OAB/RJ 200.860